

Sumário

Capítulo 1 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

- 1.1 Conceito jurídico de meio ambiente
- 1.2 Classificação de meio ambiente
- 1.3 Meio ambiente como um bem de uso comum do povo
 - 1.3.1 Meio ambiente como macrobem e os microbens ambientais
- 1.4 Antropocentrismo e biocentrismo
 - 1.4.1 Outras concepções
 - 1.4.2 Afinal, somos antropocêntricos ou biocêntricos?
- 1.5 Expressões recorrentes no direito ambiental
 - 1.5.1 Preservação, conservação e proteção integral
 - 1.5.2 Biota, biótico, abiótico e biocenose
 - 1.5.3 Intervenções antrópicas
 - 1.5.4 Degradação ambiental
 - 1.5.5 Poluição
 - 1.5.6 Biodiversidade
 - 1.5.7 Recursos ambientais
- 1.6 Justiça ambiental
- 1.7 Síntese
- 1.8 Questões para fixação
 - 1.8.1 Questões objetivas
 - 1.8.2 Questões dissertativas
 - 1.8.3 Questões de exame oral
- 1.9 Gabaritos
 - 1.9.1 Questões objetivas
 - 1.9.2 Questões dissertativas
 - 1.9.3 Questões de exame oral

Capítulo 2 – DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL

- 2.1 Introdução
- 2.2 A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano
- 2.3 O Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum)
- 2.4 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
 - 2.4.1 Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento
 - 2.4.2 Agenda 21
 - 2.4.3 Convenção-quadro sobre Mudança do Clima
 - 2.4.3.1 Acordo de Paris
 - 2.4.4 Convenção sobre Diversidade Biológica

- 2.4.5 Declaração de Princípios sobre Florestas
- 2.5 Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10)
- 2.6 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20
- 2.7 A proteção ambiental na organização dos estados americanos
 - 2.7.1 Protocolo de San Salvador
 - 2.7.2 Carta Democrática Interamericana
 - 2.7.3 Medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos: o caso Belo Monte
- 2.8 Mercosul
- 2.9 Síntese
- 2.10 Questões para fixação
 - 2.10.1 Questões objetivas
 - 2.10.2 Questões dissertativas
 - 2.10.3 Questões de exame oral
- 2.11 Gabaritos
 - 2.11.1 Questões objetivas
 - 2.11.2 Questões dissertativas
 - 2.11.3 Questões de exame oral

Capítulo 3 – DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL

- 3.1 Introdução
- 3.2 O art. 225 da Constituição
 - 3.2.1 Do *caput* do art. 225 da Constituição
 - 3.2.2 Instrumentos de garantia de efetividade
 - 3.2.2.1 Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas
 - 3.2.2.2 Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético
 - 3.2.2.3 Espaços territoriais especialmente protegidos
 - 3.2.2.4 Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA)
 - 3.2.2.5 Controle da produção, da comercialização e de técnicas de riscos
 - 3.2.2.6 Educação ambiental
 - 3.2.2.7 Proteção da fauna e da flora
 - 3.2.3 Normas específicas
 - 3.2.3.1 Exploração de recursos minerais e recuperação do ambiente degradado
 - 3.2.3.2 Responsabilidade em matéria ambiental
 - 3.2.3.3 Macrorregiões consideradas patrimônio nacional
 - 3.2.3.4 São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais
 - 3.2.3.5 Usinas nucleares
- 3.3 Questões para fixação
 - 3.3.1 Questões objetivas
 - 3.3.2 Questões dissertativas

- 3.3.3 Questões de exame oral
- 3.4 Gabaritos
 - 3.4.1 Questões objetivas
 - 3.4.2 Questões dissertativas
 - 3.4.3 Questões de exame oral

Capítulo 4 – COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL

- 4.1 Competências constitucionais
- 4.2 Competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal
- 4.3 Competência administrativa comum
- 4.4 Lei complementar nº 140/2011
 - 4.4.1 Objeto
 - 4.4.2 Objetivos fundamentais
 - 4.4.3 Instrumentos de cooperação institucional
 - 4.4.4 Delegação da execução de ações administrativas
 - 4.4.5 Ações administrativas dos entes federativos
 - 4.4.5.1 Ações administrativas da União
 - 4.4.5.2 Ações administrativas dos Estados
 - 4.4.5.3 Ações administrativas dos Municípios
 - 4.4.5.4 Ações administrativas do Distrito Federal
- 4.5 Divisão das demais competências constitucionais
 - 4.5.1 Competência administrativa exclusiva da União
 - 4.5.2 Competência legislativa privativa da União
 - 4.5.3 Competência legislativa exclusiva dos Estados-membros
 - 4.5.4 Competência administrativa exclusiva dos Municípios
 - 4.5.5 Competências legislativas do Município
- 4.6 A questão do amianto
- 4.7 Síntese
- 4.8 Questões para fixação
 - 4.8.1 Questões objetivas
 - 4.8.2 Questões dissertativas
 - 4.8.3 Questões de exame oral
- 4.9 Gabaritos
 - 4.9.1 Questões objetivas
 - 4.9.2 Questões dissertativas
 - 4.9.3 Questões de exame oral

Capítulo 5 – PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL

- 5.1 Noções gerais
- 5.2 Princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental
- 5.3 Princípio do desenvolvimento sustentável
- 5.4 Princípio da solidariedade intergeracional

- 5.5 Princípio da função socioambiental da propriedade
- 5.6 Princípio da prevenção
- 5.7 Princípio da precaução
 - 5.7.1 Prevenção x precaução
 - 5.7.2 Inversão do ônus da prova
- 5.8 Princípio do poluidor-pagador
- 5.9 Princípio do usuário-pagador
- 5.10 Princípio do protetor-recebedor
- 5.11 Princípio da informação ambiental
- 5.12 Princípio da participação comunitária
- 5.13 Princípio da educação ambiental
- 5.14 Princípio da cooperação
- 5.15 Princípio da natureza pública da proteção ambiental
- 5.16 Princípio da proibição de retrocesso ecológico
- 5.17 Princípio do progresso ecológico
- 5.18 Síntese
- 5.19 Questões para fixação
 - 5.19.1 Questões objetivas
 - 5.19.2 Questões dissertativas
 - 5.19.3 Questões de exame oral
- 5.20 Gabaritos
 - 5.20.1 Questões objetivas
 - 5.20.2 Questões dissertativas
 - 5.20.3 Questões de exame oral

Capítulo 6 – DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

- 6.1 Introdução
- 6.2 Princípios da política nacional
- 6.3 Objetivos da política nacional
 - 6.3.1 Objetivo geral
 - 6.3.2 Objetivos específicos
- 6.4 Dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente
 - 6.4.1 Padrões de qualidade ambiental
 - 6.4.2 Zoneamento ambiental
 - 6.4.3 Avaliação de Impactos Ambientais
 - 6.4.4 Licenciamento ambiental
 - 6.4.5 Incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental
 - 6.4.6 A criação de espaços territoriais especialmente protegidos
 - 6.4.7 Sistema nacional de informações sobre o meio ambiente
 - 6.4.8 Cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental
 - 6.4.9 Penalidades disciplinares

- 6.4.10 Relatório de qualidade do meio ambiente
- 6.4.11 A garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes
- 6.4.12 Cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais
- 6.4.13 Instrumentos econômicos
 - 6.4.13.1 Servidão ambiental
 - 6.4.13.2 Concessão florestal
 - 6.4.13.3 Seguro ambiental
- 6.5 Licenciamento ambiental
- 6.6 Financiamento e incentivos governamentais
- 6.7 Responsabilidade civil objetiva
- 6.8 Legitimidade do ministério público
- 6.9 Sisnama
- 6.10 Síntese
- 6.11 Questões para fixação
 - 6.11.1 Questões objetivas
 - 6.11.2 Questões dissertativas
 - 6.11.3 Questões de exame oral
- 6.12 Gabaritos
 - 6.12.1 Questões objetivas
 - 6.12.2 Questões dissertativas
 - 6.12.3 Questões de exame oral

Capítulo 7 – DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

- 7.1 Estrutura do Sisnama
- 7.2 O Conselho de Governo
- 7.3 O Conselho Nacional do Meio Ambiente
 - 7.3.1 Competências
 - 7.3.2 Atos do Conama
 - 7.3.3 Estrutura do Conama
 - 7.3.3.1 Plenário
 - 7.3.3.2 Câmara Especial Recursal
 - 7.3.3.3 Comitê de Integração de Políticas Ambientais (Cipam)
 - 7.3.3.4 Câmaras técnicas
 - 7.3.3.5 Grupos de trabalho
 - 7.3.3.6 Grupos assessores
- 7.4 O Ministério do Meio Ambiente
- 7.5 O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
- 7.6 Instituto Chico Mendes
- 7.7 Órgãos ambientais estaduais
- 7.8 Órgãos ambientais municipais

- 7.9 Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
- 7.10 Serviço Florestal Brasileiro
- 7.11 Síntese
- 7.12 Questões para fixação
 - 7.12.1 Questões objetivas
 - 7.12.2 Questões dissertativas
 - 7.12.3 Questões de exame oral
- 7.13 Gabaritos
 - 7.13.1 Questões objetivas
 - 7.13.2 Questões dissertativas
 - 7.13.3 Questões de exame oral

Capítulo 8 – O ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL

- 8.1 Base legal
- 8.2 Conceito
 - 8.2.1 EIA x Rima
 - 8.2.2 EPIA x EIA
- 8.3 Função do EIA
- 8.4 Natureza jurídica
- 8.5 Pressuposto
- 8.6 Momento de realização
- 8.7 Definição de impacto ambiental
- 8.8 Atividades sujeitas ao EIA
- 8.9 Requisitos do EIA
 - 8.9.1 Diretrizes gerais do EIA
 - 8.9.2 Estudos e atividades técnicas do EIA
- 8.10 Conteúdo mínimo do Rima
- 8.11 Equipe técnica multidisciplinar
 - 8.11.1 Responsabilidade do empreendedor e da equipe multidisciplinar
- 8.12 Despesas
- 8.13 Entrega do Rima e fase de comentários
- 8.14 Sigilo industrial
- 8.15 Audiência pública
 - 8.15.1 Procedimentos
 - 8.15.2 Publicidade da audiência pública
 - 8.15.3 Sessão pública
- 8.16 Decisão do órgão ambiental
- 8.17 Exigência do EIA/Rima em outras leis ambientais
 - 8.17.1 Código Florestal
 - 8.17.2 Lei de Gestão de Florestas Públicas
 - 8.17.3 Lei do Bioma Mata Atlântica
- 8.18 Síntese

- 8.19 Questões para fixação
 - 8.19.1 Questões objetivas
 - 8.19.2 Questões dissertativas
 - 8.19.3 Questões de exame oral
- 8.20 Gabaritos
 - 8.20.1 Questões objetivas
 - 8.20.2 Questões dissertativas
 - 8.20.3 Questões de exame oral

Capítulo 9 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- 9.1 Base legal do licenciamento ambiental
- 9.2 Fundamento do licenciamento ambiental
- 9.3 Natureza jurídica
- 9.4 Competência para o exercício do licenciamento ambiental
- 9.5 Conceito de licenciamento ambiental
- 9.6 Obrigatoriedade do licenciamento ambiental
- 9.7 Licença ambiental
- 9.8 Tipos de licenças ambientais
 - 9.8.1 Licença prévia
 - 9.8.2 Licença de instalação
 - 9.8.3 Licença de operação
- 9.9 Renovação da licença
- 9.10 Procedimentos para requerer as licenças ambientais
- 9.11 Prazos de análise pelos órgãos ambientais
- 9.12 Prazo para esclarecimentos e complementações
- 9.13 Requisitos para o ente federativo efetuar o licenciamento ambiental
- 9.14 Atuação supletiva e subsidiária
- 9.15 Distribuição de competências no licenciamento ambiental
 - 9.15.1 Licenciamento da União
 - 9.15.2 Licenciamento dos Estados-membros
 - 9.15.3 Licenciamento municipal
 - 9.15.4 Licenciamento do Distrito Federal
 - 9.15.5 Licenciamento em Áreas de Proteção Ambiental (APAs)
 - 9.15.6 Supressão de vegetação no licenciamento ambiental
 - 9.15.7 Taxas de licenciamento ambiental
- 9.16 Revisibilidade das licenças ambientais
 - 9.16.1 Anulação
 - 9.16.2 Revogação
 - 9.16.3 Cassação
- 9.17 Fiscalização dos empreendimentos e atividades licenciadas ou autorizadas
- 9.18 Crimes e infrações administrativas no licenciamento ambiental
- 9.19 Síntese

- 9.20 Questões para fixação
 - 9.20.1 Questões objetivas
 - 9.20.2 Questões dissertativas
 - 9.20.3 Questões de exame oral
- 9.21 Gabaritos
 - 9.21.1 Questões objetivas
 - 9.21.2 Questões dissertativas
 - 9.21.3 Questões de exame oral

Capítulo 10 – CÓDIGO FLORESTAL

- 10.1 Introdução
- 10.2 Objeto do código florestal
 - 10.2.1 Uso irregular da propriedade e responsabilidade do proprietário ou possuidor
 - 10.2.2 Natureza real das obrigações
- 10.3 Objetivos do Código Florestal
- 10.4 Conceitos importantes
- 10.5 Área de preservação permanente
 - 10.5.1 Conceito e características
 - 10.5.2 Espécies de Área de Preservação Permanente por força de lei
 - 10.5.2.1 As faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente
 - 10.5.2.2 Lagos e lagoas naturais
 - 10.5.2.3 As áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais
 - 10.5.2.4 As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica
 - 10.5.2.5 As encostas ou partes destas com declividade superior a 45°
 - 10.5.2.6 As restingas como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues
 - 10.5.2.7 Os manguezais
 - 10.5.2.8 As bordas dos tabuleiros ou chapadas
 - 10.5.2.9 No topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 metros e inclinação média maior que 25°
 - 10.5.2.10 As áreas em altitude superior a 1.800 metros, qualquer que seja a vegetação
 - 10.5.2.11 Em veredas
 - 10.5.2.12 Áreas de Preservação Permanente declaradas de interesse social
 - 10.5.2.13 Supressão em Áreas de Preservação Permanente
 - 10.5.2.14 Intervenção e supressão em nascentes, dunas e restingas
 - 10.5.2.15 Possibilidade de ampliação das hipóteses de intervenção e supressão em APP
 - 10.5.2.16 Intervenção em manguezal e restingas com função ecológica comprometida
 - 10.5.2.17 Autorização em caráter de urgência
 - 10.5.2.18 Acesso de pessoas e animais em APP
- 10.6 Reserva Legal
 - 10.6.1 Conceito

- 10.6.2 Percentuais da Reserva Legal
- 10.6.3 Não obrigatoriedade de Reserva Legal
- 10.6.4 Reserva Legal em imóveis com até quatro módulos fiscais em 22 de julho de 2008
- 10.6.5 Ampliação e redução de Reserva Legal em florestas na Amazônia legal
- 10.6.6 Ampliação e redução de Reserva Legal quando indicado no zoneamento Ecológico-Econômico Estadual
- 10.6.7 Localização da Reserva Legal Florestal
- 10.6.8 Cômputo das áreas de preservação permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal
- 10.6.9 Averbação da Reserva Legal e Registro no CAR
- 10.6.10 Manejo florestal sustentável em Reserva Legal
- 10.6.11 Reserva Legal em regime de condomínio
- 10.6.12 Inserção de imóvel com Reserva Legal em área urbana
- 10.6.13 Recomposição da Reserva Legal desmatada após 22 de julho de 2008
- 10.6.14 Recomposição da Reserva Legal irregular até 22 de julho de 2008
- 10.7 Cadastro Ambiental Rural
- 10.8 Do regime de proteção das áreas verdes urbanas
- 10.9 Das áreas de uso restrito
- 10.10 Do uso ecologicamente sustentável dos apicuns e salgados
 - 10.10.1 Do licenciamento ambiental em apicuns e salgados
 - 10.10.2 Da regularização em apicuns e salgados
- 10.11 Da supressão de vegetação para uso alternativo do solo
- 10.12 Da exploração florestal
 - 10.12.1 Isenção do PMFS
 - 10.12.2 Suprimento de matéria-prima florestal
 - 10.12.3 Plano de Suprimento Sustentável
- 10.13 Da proibição do uso do fogo e do controle dos incêndios
- 10.14 Do controle do desmatamento
- 10.15 Dos programas de regularização fundiária
 - 10.15.1 Efeitos do termo de compromisso na esfera administrativa
 - 10.15.2 Efeitos do termo de compromisso na esfera penal
- 10.16 Das áreas consolidadas em áreas de preservação permanente
 - 10.16.1 Recomposição em áreas rurais consolidadas em áreas de preservação permanente ao longo de cursos d'água naturais
 - 10.16.2 Recomposição em áreas rurais consolidadas no entorno de nascentes e olhos d'água perenes
 - 10.16.3 Recomposição em áreas rurais consolidadas no entorno de lagos e lagoas naturais
 - 10.16.4 Recomposição em áreas rurais consolidadas em veredas
 - 10.16.5 Manutenção de residências e da infraestrutura
 - 10.16.6 Métodos de recomposição
 - 10.16.7 Medidas mitigadoras em riscos de processos erosivos ou inundações
 - 10.16.8 Áreas de preservação permanente em Unidades de Conservação de Proteção Integral
 - 10.16.9 Bacias hidrográficas críticas
 - 10.16.10 Imóveis rurais com até dez módulos fiscais
 - 10.16.11 Recomposição em projetos de Reforma Agrária

- 10.17 Regularização fundiária em APP
- 10.18 Síntese
- 10.19 Questões para fixação
 - 10.19.1 Questões objetivas
 - 10.19.2 Questões dissertativas
 - 10.19.3 Questões de exame oral
- 10.20 Gabaritos
 - 10.20.1 Questões objetivas
 - 10.20.2 Questões dissertativas
 - 10.20.3 Questões de exame oral

Capítulo 11 – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- 11.1 Introdução
- 11.2 Estrutura do SNUC
- 11.3 Objetivos e diretrizes do SNUC
- 11.4 Conceito legal de unidade de conservação
- 11.5 Unidades de proteção integral
 - 11.5.1 Estação Ecológica
 - 11.5.2 Reserva Biológica
 - 11.5.3 Parque Nacional
 - 11.5.4 Monumento Natural
 - 11.5.5 Refúgio de Vida Silvestre
- 11.6 Unidades de uso sustentável (arts. 15 a 21 da Lei nº 9.985/2000)
 - 11.6.1 Área de Proteção Ambiental
 - 11.6.2 Área de Relevante Interesse Ecológico
 - 11.6.3 Floresta Nacional
 - 11.6.4 Reserva Extrativista
 - 11.6.5 Reserva de Fauna
 - 11.6.6 Reserva de Desenvolvimento Sustentável
 - 11.6.7 Reserva Particular do Patrimônio Natural
- 11.7 Criação, ampliação, transformação e desafetação de uma unidade de conservação
 - 11.7.1 Limitações administrativas provisórias
- 11.8 Gestão das unidades de conservação
 - 11.8.1 Plano de Manejo
 - 11.8.2 Plano de Manejo e organismos geneticamente modificados
 - 11.8.3 Plantio de OGM em unidades de conservação sem Plano de Manejo
- 11.9 Conselhos das unidades de conservação
- 11.10 Mosaico de unidades de conservação
- 11.11 Gestão compartilhada das unidades de conservação
- 11.12 Pesquisas científicas
- 11.13 Exploração comercial
- 11.14 Doações para unidades de conservação

- 11.15 Destinação de recursos pela cobrança de taxas de visitação em unidade de proteção integral
- 11.16 Compensação ambiental
- 11.17 Populações tradicionais e unidades de conservação
 - 11.17.1 Normas de uso e o contrato de concessão de direito real de uso
 - 11.17.2 Populações tradicionais em unidades de conservação de posse e domínio públicos
- 11.18 Instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infraestrutura urbana em geral em unidades de conservação
- 11.19 Reserva da biosfera
- 11.20 Síntese
- 11.21 Questões para fixação
 - 11.21.1 Questões objetivas
 - 11.21.2 Questões dissertativas
 - 11.21.3 Questões de exame oral
- 11.22 Gabaritos
 - 11.22.1 Questões objetivas
 - 11.22.2 Questões dissertativas
 - 11.22.3 Questões de exame oral

Capítulo 12 – RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

- 12.1 Introdução
- 12.2 Conceito de dano ambiental
- 12.3 Classificação do dano ambiental
- 12.4 Reparação do dano ambiental
 - 12.4.1 Cumulação dos pedidos
- 12.5 Prescrição da pretensão reparatória
- 12.6 Do poluidor
 - 12.6.1 Da solidariedade
- 12.7 Da responsabilidade objetiva
- 12.8 Teorias do risco criado e do risco integral
- 12.9 Responsabilidade do estado por danos ambientais
- 12.10 Responsabilidade civil por agrotóxicos
- 12.11 Responsabilidade por danos nucleares
- 12.12 Responsabilidade por rejeitos radioativos
- 12.13 Responsabilidade por atividades com OGM e derivados
- 12.14 Responsabilidade pós-consumo
- 12.15 Responsabilidade por mineração
- 12.16 Síntese
- 12.17 Questões para fixação
 - 12.17.1 Questões objetivas
 - 12.17.2 Questões dissertativas
 - 12.17.3 Questões de exame oral
- 12.18 Gabaritos
 - 12.18.1 Questões objetivas

- 12.18.2 Questões dissertativas
- 12.18.3 Questões de exame oral

Capítulo 13 – RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

- 13.1 Introdução
- 13.2 Infrações administrativas ambientais
- 13.3 Competência para a lavratura do auto de infração e a instauração de processo administrativo
- 13.4 Responsabilidade objetiva ou subjetiva?
- 13.5 Das sanções e dosimetria
- 13.6 Da advertência
- 13.7 Da multa simples e multa diária
- 13.8 Do pagamento da multa em outro ente federativo
- 13.9 Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração
- 13.10 Destruição ou inutilização do produto
- 13.11 Suspensão de venda ou fabricação de produto
- 13.12 Suspensão parcial ou total de atividades
- 13.13 Embargo de obra ou atividade
- 13.14 Demolição de obra
- 13.15 Sanções restritivas de direitos
- 13.16 Da reincidência
- 13.17 Da prescrição
- 13.18 Do processo administrativo para a apuração de infrações ambientais
 - 13.18.1 Da autuação
 - 13.18.2 Da defesa
 - 13.18.3 Da instrução e julgamento
 - 13.18.4 Dos recursos
- 13.19 Conversão de multa simples
- 13.20 Síntese
- 13.21 Questões para fixação
 - 13.21.1 Questões objetivas
 - 13.21.2 Questões dissertativas
 - 13.21.3 Questões de exame oral
- 13.22 Gabaritos
 - 13.22.1 Questões objetivas
 - 13.22.2 Questões dissertativas
 - 13.22.3 Questões de exame oral

Capítulo 14 – DA RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL

- 14.1 Introdução
- 14.2 Responsabilidade penal das pessoas físicas
- 14.3 Responsabilidade penal da pessoa jurídica
- 14.4 Penas aplicáveis às pessoas jurídicas
 - 14.4.1 Multa
 - 14.4.2 Penas restritivas de direitos

- 14.4.3 Prestação de serviços à comunidade
- 14.5 Liquidação forçada da pessoa jurídica
- 14.6 Desconsideração da pessoa jurídica
- 14.7 Penas das pessoas físicas
 - 14.7.1 Privativas de liberdade
 - 14.7.2 Pena de multa
 - 14.7.3 Restritivas de direitos
 - 14.7.4 *Sursis*
- 14.8 Questões processuais
 - 14.8.1 Perícia ambiental
 - 14.8.2 Sentença penal condenatória ambiental
 - 14.8.3 Confisco dos instrumentos do crime ambiental
 - 14.8.4 Ação penal
 - 14.8.5 Transação penal
 - 14.8.6 Suspensão condicional do processo
 - 14.8.7 Competência para julgamento
- 14.9 Normas penais em branco
- 14.10 Princípio da insignificância nos delitos ambientais
- 14.11 Os crimes ambientais em espécie
- 14.12 Síntese
- 14.13 Questões para fixação
 - 14.13.1 Questões objetivas
 - 14.13.2 Questões dissertativas
 - 14.13.3 Questões de exame oral
- 14.14 Gabaritos
 - 14.14.1 Questões objetivas
 - 14.14.2 Questões dissertativas
 - 14.14.3 Questões de exame oral

Capítulo 15 – PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE CULTURAL

- 15.1 Previsão constitucional
- 15.2 Bens culturais e patrimônio cultural
 - 15.2.1 Destinação de bens de valor cultural ao patrimônio dos museus federais
- 15.3 Instrumentos de proteção do meio ambiente cultural
- 15.4 Tombamento
 - 15.4.1 Classificações do tombamento
 - 15.4.2 Efeitos do tombamento
 - 15.4.3 Indenização
 - 15.4.4 Tombamento constitucional
- 15.5 Registro
- 15.6 Inventário
- 15.7 Vigilância
- 15.8 Desapropriação
- 15.9 Outras formas de preservação e acautelamento

- 15.10 Plano Nacional de Cultura
- 15.11 Síntese
- 15.12 Questões para fixação
 - 15.12.1 Questões objetivas
 - 15.12.2 Questões dissertativas
 - 15.12.3 Questões de exame oral
- 15.13 Gabaritos
 - 15.13.1 Questões objetivas
 - 15.13.2 Questões dissertativas
 - 15.13.3 Questões de exame oral

Capítulo 16 – GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

- 16.1 Introdução
- 16.2 Princípios da gestão de florestas públicas
- 16.3 Conceitos aplicáveis
- 16.4 Estrutura administrativa na gestão de florestas públicas
- 16.5 Gestão direta das florestas públicas
- 16.6 Destinação às comunidades locais
- 16.7 Da concessão florestal
- 16.8 Dos procedimentos da concessão florestal
 - 16.8.1 Plano Anual de Outorga Florestal
 - 16.8.2 Processo de outorga
 - 16.8.3 Objeto da concessão florestal
- 16.9 Licenciamento ambiental
- 16.10 Habilitação nas licitações na concessão florestal
- 16.11 Edital de licitação
- 16.12 Dos critérios de seleção
- 16.13 Contrato de concessão
 - 16.13.1 Reserva absoluta
 - 16.13.2 Concentração econômica
 - 16.13.3 Prazos nas concessões florestais
- 16.14 Extinção da concessão florestal
 - 16.14.1 Esgotamento do prazo contratual
 - 16.14.2 Rescisão
 - 16.14.3 Anulação
 - 16.14.4 Falência ou extinção do concessionário e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual
 - 16.14.5 Desistência
 - 16.14.6 Rescisão por iniciativa do concessionário
- 16.15 Das auditorias florestais
- 16.16 Órgãos responsáveis pela gestão e fiscalização
 - 16.16.1 Poder concedente
 - 16.16.2 Órgãos do sistema responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental

- 16.16.3 Órgão consultivo
- 16.16.4 Órgão gestor
- 16.17 Do serviço florestal brasileiro
- 16.18 Do fundo nacional de Desenvolvimento Florestal
- 16.19 Síntese
- 16.20 Questões para fixação
 - 16.20.1 Questões objetivas
 - 16.20.2 Questões dissertativas
 - 16.20.3 Questões de exame oral
- 16.21 Gabaritos
 - 16.21.1 Questões objetivas
 - 16.21.2 Questões dissertativas
 - 16.21.3 Questões de exame oral

Capítulo 17 – BIOMA MATA ATLÂNTICA

- 17.1 Introdução
- 17.2 A Lei do Bioma Mata Atlântica e o novo Código Florestal
- 17.3 Vegetações integrantes do Bioma Mata Atlântica
- 17.4 Objetivos e princípios
- 17.5 Regime jurídico do Bioma Mata Atlântica
- 17.6 Vedações ao corte e supressão no Bioma Mata Atlântica
- 17.7 Requisitos gerais para o corte e a supressão
- 17.8 Hipóteses de utilidade pública e interesse social
- 17.9 Da proteção da vegetação primária em área rural
- 17.10 Da proteção da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração em área rural
- 17.11 Da proteção da vegetação secundária em estágio médio de regeneração em área rural
- 17.12 Da proteção da vegetação secundária em estágio inicial de regeneração em área rural
- 17.13 Da proteção da vegetação em áreas urbanas e regiões metropolitanas
- 17.14 Das atividades de mineração no bioma mata atlântica
- 17.15 Cômputo para fins de reserva legal
- 17.16 Síntese
- 17.17 Questões para fixação
 - 17.17.1 Questões objetivas
 - 17.17.2 Questões dissertativas
 - 17.17.3 Questões de exame oral
- 17.18 Gabaritos
 - 17.18.1 Questões objetivas
 - 17.18.2 Questões dissertativas
 - 17.18.3 Questões de exame oral

Capítulo 18 – RECURSOS HÍDRICOS

- 18.1 Introdução
- 18.2 Regime constitucional: competências e domínio
- 18.3 Fundamentos

- 18.4 Objetivos
- 18.5 Diretrizes gerais
- 18.6 Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos
 - 18.6.1 Planos de Recursos Hídricos
 - 18.6.2 O enquadramento dos corpos de água em classes
 - 18.6.3 Outorga de direitos de uso dos recursos hídricos
 - 18.6.4 A cobrança pelo uso de recursos hídricos
 - 18.6.5 A compensação a municípios
 - 18.6.6 O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos
- 18.7 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
 - 18.7.1 Conselho Nacional de Recursos Hídricos
 - 18.7.2 Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados
 - 18.7.3 Comitês de Bacia Hidrográfica
 - 18.7.4 Agências de Água
 - 18.7.5 Agência Nacional de Águas (Lei nº 9.984/2000)
 - 18.7.6 Das organizações da sociedade civil de recursos hídricos
- 18.8 Síntese
- 18.9 Questões para fixação
 - 18.9.1 Questões objetivas
 - 18.9.2 Questões dissertativas
 - 18.9.3 Questões de exame oral
- 18.10 Gabaritos
 - 18.10.1 Questões objetivas
 - 18.10.2 Questões dissertativas
 - 18.10.3 Questões de exame oral

Capítulo 19 – ORDEM URBANÍSTICA

- 19.1 Ordem urbanística na Constituição
- 19.2 Estatuto da Cidade
 - 19.2.1 Objeto, objetivo e diretrizes
 - 19.2.2 Competências da União
- 19.3 Instrumentos constitucionais
 - 19.3.1 Do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios
 - 19.3.2 Do IPTU progressivo no tempo
 - 19.3.3 Da desapropriação
- 19.4 Instrumentos de regularização fundiária: usucapião especial individual e coletiva
- 19.5 Instrumentos de intervenção urbanística
 - 19.5.1 Direito de superfície
 - 19.5.2 Direito de preempção
 - 19.5.3 Outorga onerosa do direito de construir
 - 19.5.4 Operações urbanas consorciadas
 - 19.5.5 Transferência do direito de construir
 - 19.5.6 Estudo de impacto de vizinhança
- 19.6 Propriedade urbana
- 19.7 Plano diretor

- 19.8 Gestão democrática da cidade
- 19.9 Estatuto da Cidade e improbidade administrativa
- 19.10 Estatuto da metrópole
 - 19.10.1 Conceitos fundamentais
 - 19.10.2 Da instituição de regiões metropolitanas de aglomerações urbanas
 - 19.10.3 Da governança interfederativa
 - 19.10.4 Dos instrumentos de desenvolvimento urbano integrado
 - 19.10.5 Da atuação da União
 - 19.10.6 Estatuto da Metrópole e improbidade administrativa
- 19.11 Síntese
- 19.12 Questões para fixação
 - 19.12.1 Questões objetivas
 - 19.12.2 Questões dissertativas
 - 19.12.3 Questões de exame oral
- 19.13 Gabaritos
 - 19.13.1 Questões objetivas
 - 19.13.2 Questões dissertativas
 - 19.13.3 Questões de exame oral

Capítulo 20 – POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- 20.1 Noções introdutórias
- 20.2 Objeto
- 20.3 Normas correlatas aos resíduos sólidos
- 20.4 Sujeitos da PNRS
- 20.5 Da inaplicabilidade aos rejeitos radioativos
- 20.6 Conceitos importantes
- 20.7 Princípios e objetivos da PNRS
- 20.8 Instrumentos da política nacional de resíduos sólidos
- 20.9 Diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos
 - 20.9.1 Ordem de prioridade na gestão e gerenciamento de resíduos
 - 20.9.2 Tecnologias de recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos
 - 20.9.3 Gestão integrada ao Distrito Federal e aos municípios e incumbências dos estados
 - 20.9.4 Sistema nacional de informações sobre a gestão dos resíduos sólidos (Sinir)
- 20.10 Classificação dos resíduos sólidos
- 20.11 Planos de resíduos sólidos
 - 20.11.1 Plano nacional de resíduos sólidos
 - 20.11.2 Plano estadual de resíduos sólidos
 - 20.11.2.1 Vigência e conteúdo mínimo do plano estadual de resíduos sólidos
 - 20.11.3 Planos microrregionais e planos específicos às regiões metropolitanas
 - 20.11.4 Dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos
 - 20.11.5 Plano de gerenciamento de resíduos sólidos
 - 20.11.5.1 Obrigatoriedade
 - 20.11.5.2 Conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos

- 20.11.5.3 Responsável técnico
- 20.11.5.4 Plano de gerenciamento de resíduos sólidos e licenciamento ambiental
- 20.12 Responsabilidades dos geradores e do poder público
 - 20.12.1 Responsabilidade no plano de gerenciamento de resíduos sólidos
 - 20.12.2 Responsabilidade do gerador de resíduos domiciliares
 - 20.12.3 Responsabilidade do poder público
 - 20.12.4 Responsabilidade civil, penal e administrativa
- 20.13 Responsabilidade compartilhada
 - 20.13.1 Fabricação de embalagens
- 20.14 Logística reversa
 - 20.14.1 Conceito
 - 20.14.2 Obrigatoriedade
 - 20.14.3 Ampliação da logística reversa
 - 20.14.4 Devolução na logística reversa
- 20.15 Acordos setoriais na responsabilidade compartilhada e na logística reversa
- 20.16 Obrigações dos consumidores na coleta seletiva e na logística reversa
- 20.17 Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos do titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos
- 20.18 Resíduos perigosos
 - 20.18.1 Licenciamento ambiental de resíduos perigosos
 - 20.18.2 Descontaminação de áreas órfãs
- 20.19 Dos instrumentos econômicos
- 20.20 Das proibições
- 20.21 Leis e sistemas aplicáveis à PNRS
 - 20.21.1 Lei nº 11.445/2007 – Saneamento básico
 - 20.21.2 Lei nº 9.974/2000 – Agrotóxicos
 - 20.21.3 Lei nº 9.966/2000 – Poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional
 - 20.21.4 Sistema nacional do meio ambiente (Sisnama)
 - 20.21.5 Sistema nacional de vigilância sanitária (SNVS)
 - 20.21.6 Sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária (Suasa)
 - 20.21.7 Sistema nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial (Sinmetro)
- 20.22 Síntese
- 20.23 Questões para fixação
 - 20.23.1 Questões objetivas
 - 20.23.2 Questões dissertativas
 - 20.23.3 Questões de exame oral
- 20.24 Gabaritos
 - 20.24.1 Questões objetivas
 - 20.24.2 Questões dissertativas
 - 20.24.3 Questões de exame oral

Capítulo 21 – POLÍTICA NACIONAL SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA

- 21.1 Noções introdutórias
- 21.2 Conceitos importantes

- 21.3 Princípios aplicáveis à PNMC
- 21.4 Medidas de execução da PNMC
- 21.5 Objetivos da PNMC
- 21.6 Diretrizes da PNMC
- 21.7 Instrumentos da Política Nacional
- 21.8 Instrumentos institucionais
- 21.9 Compatibilização entre políticas públicas e programas governamentais e a PNMC
- 21.10 Compromisso nacional de redução de GEE
- 21.11 Síntese
- 21.12 Questões para fixação
 - 21.12.1 Questões dissertativas
 - 21.12.2 Questões de exame oral
- 21.13 Gabaritos
 - 21.13.1 Questões dissertativas
 - 21.13.2 Questões de exame oral

Capítulo 22 – LEI DE BIOSSEGURANÇA – LEI Nº 11.105/2005

- 22.1 Noções introdutórias
- 22.2 Objeto
- 22.3 Princípio da precaução
- 22.4 Conceitos importantes
- 22.5 Exercício de atividades de engenharia genética
- 22.6 Obrigações das pessoas jurídicas em caso de acidentes e riscos
- 22.7 Células-tronco
- 22.8 Atividades proibidas pela Lei nº 11.105/2005
- 22.9 Não aplicação da Lei nº 11.105/2005
- 22.10 Do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS)
- 22.11 Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
 - 22.11.1 Composição da CTNBio
 - 22.11.2 Competências da CTNBio
 - 22.11.3 Das decisões técnicas da CTNBio
- 22.12 Dos órgãos e entidades de registro e fiscalização
 - 22.12.1 Dos registros, das autorizações e do licenciamento ambiental
- 22.13 Comissão Interna de Biossegurança (CIBio)
- 22.14 Do Sistema de Informações em Biossegurança (SIB)
- 22.15 Rotulagem
- 22.16 Responsabilidade civil
- 22.17 Responsabilidade administrativa
- 22.18 Síntese
- 22.19 Questões para fixação
 - 22.19.1 Questões objetivas
 - 22.19.2 Questões dissertativas

- 22.19.3 Questões de exame oral
- 22.20 Gabaritos
 - 22.20.1 Questões objetivas
 - 22.20.2 Questões dissertativas
 - 22.20.3 Questões de exame oral

Capítulo 23 – BIODIVERSIDADE

- 23.1 Introdução
- 23.2 Objeto do marco regulatório
- 23.3 Conceitos importantes
- 23.4 Acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado
- 23.5 Conselho de gestão do patrimônio genético (CGen)
- 23.6 Do conhecimento tradicional associado
- 23.7 Do acesso, da remessa e da exploração econômica
 - 23.7.1 Exploração econômica
- 23.8 Benefícios da exploração econômica
 - 23.8.1 Benefícios da exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético de espécies encontradas em condições *in situ* ou ao conhecimento tradicional associado
 - 23.8.2 Benefícios da exploração econômica de produto oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado para atividades agrícolas
- 23.9 FNRB e PNRB
- 23.10 Síntese
- 23.11 Questões para fixação
 - 23.11.1 Questões objetivas
 - 23.11.2 Questões de exame oral
- 23.12 Gabaritos
 - 23.12.1 Questões objetivas
 - 23.12.2 Questões de exame oral

Capítulo 24 – INDÍGENAS E MEIO AMBIENTE

- 24.1 Introdução
- 24.2 Proteção internacional
 - 24.2.1 Convenção nº 169 da OIT
 - 24.2.1.1 Aplicação aos povos tribais e indígenas
 - 24.2.1.2 Uso da palavra “povo” na Convenção nº 169
 - 24.2.1.3 Direitos humanos e liberdades fundamentais
 - 24.2.1.4 Medidas especiais e aspectos a serem respeitados
 - 24.2.1.5 Obrigações dos governos no cumprimento da Convenção nº 169
 - 24.2.1.6 Desenvolvimento e meio ambiente
 - 24.2.1.7 Terras indígenas
 - 24.2.1.8 Translados de povos tribais
- 24.3 Proteção constitucional

- 24.3.1 Competências da União
- 24.3.2 Reconhecimento constitucional de seus direitos
- 24.3.3 Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios
- 24.3.4 Demarcação de terras indígenas e meio ambiente
 - 24.3.4.1 Demarcação da Raposa Serra do Sol
- 24.3.5 Remoção de comunidades indígenas
- 24.3.6 Exploração econômica em terras indígenas
- 24.3.7 Defesa de interesses e questões judiciais
- 24.4 Indígenas e unidades de conservação
- 24.5 Indígenas e o Código Florestal
- 24.6 Conhecimento tradicional associado
- 24.7 Síntese
- 24.8 Questões para fixação
 - 24.8.1 Questões objetivas
 - 24.8.2 Questões de exame oral
- 24.9 Gabaritos
 - 24.9.1 Questões objetivas
 - 24.9.2 Questões de exame oral

Capítulo 25 – AGROTÓXICOS

- 25.1 Introdução
- 25.2 Objeto
- 25.3 Conceitos
- 25.4 Necessidade de registro de agrotóxicos
- 25.5 Registro das pessoas físicas e jurídicas
- 25.6 Embalagens de agrotóxicos
- 25.7 Rotulagem para venda e propaganda comercial de agrotóxicos
- 25.8 Atribuições dos entes federativos
- 25.9 Responsabilidade no uso de agrotóxicos
- 25.10 Síntese
- 25.11 Questões para fixação
 - 25.11.1 Questões objetivas
 - 25.11.2 Questões de exame oral
- 25.12 Gabaritos
 - 25.12.1 Questões objetivas
 - 25.12.2 Questões de exame oral

Capítulo 26 – ZONEAMENTO AMBIENTAL

- 26.1 Instrumento da política nacional do meio ambiente
- 26.2 Objetivo geral
- 26.3 Princípios aplicáveis
- 26.4 Elaboração do zoneamento ecológico econômico

- 26.5 Conteúdo do ZEE
- 26.6 Do uso, armazenamento, custódia e publicidade dos dados e informações
- 26.7 Zoneamento Ecológico-Econômico e Código Florestal
- 26.8 Síntese
- 26.9 Questões para fixação
 - 26.9.1 Questões objetivas
 - 26.9.2 Questões de exame oral
- 26.10 Gabaritos
 - 26.10.1 Questões objetivas
 - 26.10.2 Questões de exame oral

BIBLIOGRAFIA